

Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Volume 1, Edição 20
Boletim Semestral
Abril de 2014

Tem a Palavra

Neste momento em que iniciamos um novo mandato, estamos perfeitamente conscientes de que grandes desafios nos esperam enquanto Mesa Administrativa de uma instituição que nasceu para servir os mais necessitados.

Depois de socialmente termos assistido a um tempo em que parecia que se caminhava para uma sociedade mais equilibrada e mais justa em termos da garantia das condições de vida, estamos hoje num ponto em que com mais frequência e com mais premência as nossas capacidade de auxílio são colocadas à prova.

Exige-se pois então antes de tudo, uma boa capacidade de equilíbrio entre os custos e os proveitos na gestão da "casa", à semelhança de resto de qualquer administração, seja ela de índole mais familiar, ou seja de cariz mais empresarial. Não se ir por este caminho, mais não se faz do que empurrar os problemas com a barriga, ou deitar o lixo para debaixo do tapete, como se costuma dizer.

Pela nossa parte, já de há muito que temos vindo seguindo por esta via, por isso, felizmente podemos dizer que, sem que nunca tenhamos negado os nossos préstimos da melhor maneira que sabemos e da forma possível, temos absoluto controlo sobre a situação e que temos bases de sustentação que nos permitem encarar o futuro com tranquilidade.

Por parte da Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua, nunca se optou por fugir dos reptos, nem jamais se regatearam esforços. Esta é a postura que sempre adoptamos. Assim, mediante a situação criada pelo governo no que se refere ao Hospital de D. Luiz I, o hospital da Régua, o nosso hospital, entendemos que mais não podíamos nem devíamos, do que mostrar toda a disponibilidade em o receber de volta, encerrando-se assim todo um processo histórico.

Encetamos negociações sérias e ponderadas, lutamos por ele. Queremo-lo para nós, para que a nossa comunidade não o perca. Estamos em crer que não tardará muito que o hospital da Régua ganhe nova vida, contribuindo para que mais de centena e meia de milhares de pessoas possam viver mais e melhor. Não iremos deixar de o receber, mas não iremos de modo algum deixar que não seja garantido o seu papel de equipamento de Saúde colocado ao serviço dos reguenses, dos durienses, mas também dos nossos visitantes.

Vivemos numa época de muita desinformação e de muita intoxicação informativa em que muito se diz e pouco se acerta. Resta-nos passar uma mensagem de tranquilidade e uma promessa de que respeitando a essência das Misericórdias, a nossa Santa Casa pugnar sempre numa linha de seriedade e de serviço aos outros. Na questão do Hospital de D. Luiz I, esta postura não pode nem deve deixar de ser para nós ponto de honra.

Espírito Solidário

Propriedade: Santa Casa da Misericórdia do Peso da Régua

Director: Manuel Mesquita

Hospital de D. Luiz I: A solução a encontrar entre o Estado e a Santa Casa garantirá o serviço à comunidade



Entrevista ao Provedor Prof.º Manuel José Mesquita

Solidariedade é um rio que nasce no coração e desagua na mão que dá, fazendo uma ponte eterna para a mão que recebe

Nos últimos tempos, há um assunto que de certa maneira é merecedor da atenção da nossa comunidade. O Hospital de D. Luiz I, o hospital da Régua, que vem sendo referido como indo ser entregue à Sta. Casa da Misericórdia...

Fazendo um pouco de história para nos contextualizarmos, começaria por referir que em 1974, o hospital D. Luiz I pertencia à Sta. Casa da Misericórdia do Peso da Régua, inclusivamente no que se refere ao seu funcionamento e propriedade. Com as nacionalizações, alguns hospitais passaram para as mãos do Estado, pelo que este a partir de 1975 deixou de estar na nossa alçada, mercê de uma indemnização pela utilização de equipamentos e de materiais, e mais uma renda mensal. Como sabemos o hospital funcionou até agora dentro do Serviço Nacional de Saúde- SNS, integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro – CHTMAD.

Acontece que a partir de dada altura, dentro da reorganização do Centro Hospitalar, o D. Luiz I foi “condenado à extinção”, algo que foi reforçado com a construção do hospital de Lamego. Temos vindo a assistir ao longo do tempo a um esmagamento de equipamentos e de orçamentos no hospital da Régua, reduzindo-se drasticamente os seus serviços, pelo que actualmente está a funcionar como hospital de retaguarda, à espera de um acordo entre a nossa Sta. Casa e o ministério da Saúde.

No fundo, a dado momento, houve a decisão de se querer entregar o hospital ao senhorio...

Efectivamente. Há cerca de 2 anos, ouvimos o senhor Primeiro-ministro anunciar a entrega de um conjunto de hospitais, entre eles o nosso, e desde então temos vindo a negociar.

Ao que sei, ainda nenhum processo está concluído. Foram criadas comissões de trabalho por parte da União das Misericórdias e por parte do ministério da Saúde, as quais têm vindo a negociar. Disto resultaram dois decretos-lei que vieram regulamentar a entrega dos hospitais às Misericórdias, sendo que um, regulamenta as Convenções, e outro as entregas propriamente ditas.

A parte mais significativa da regulamentação das entregas respeita á forma: se é uma devolução, ou se é uma entrega. Repare-se que esta terminologia é muito importante. Devolução ou entrega, com os Serviços a funcionar dentro do Centro Hospitalar, embora com gestão da Misericórdia? Ou entrega do edificio mediante acordo com o ministério da Saúde?

Grosso modo, nos últimos dois anos, tem-se vindo a discutir a forma de transferência de um para outro titular. Numa primeira fase, aquilo que veio na comunicação social, era que ele ia ser devolvido. Depois que seria entregue. Depois deixou de ser assunto de referência, resultando disto tudo uma situação muito ambígua.

Houve um dia em que teve de ser por fim ao

“ruído”. Juntamente com a Câmara Municipal do Peso da Régua, e aqui tenho de louvar o empenho do Sr. Presidente e do seu Vice, Eng.º Nuno Gonçalves e Prof. José Manuel Gonçalves, que fizeram esforço dentro da acção política, pois o assunto era e é também político, tendo-se verificado pela sua parte um excelente trabalho. Nesse sentido, chegamos então a uma base de negociação. Note-se que chegamos a receber uma carta que dizia que em 31 de Dezembro de 2013, as chaves iriam ser-nos entregues pura e simplesmente. Mas agora não. Hoje temos a garantia de que o hospital só encerrará depois de haver um acordo para o seu funcionamento futuro. Existe pois um cenário completamente diferente.

Resumindo: Estão em curso negociações para definir que tipo de entrega vai ser acontecer.

Exacto. Depois de termos recebido o officio a comunicar-nos o encerramento em finais de 2013, passamos a uma fase de abertura visando uma solução de comum acordo. Convém no entanto esclarecer que o contrato de arrendamento estabelece que ele dura até que uma das partes o denuncie com 45 dias de antecedência. Caso contrário, renova-se por igual período, ou seja, por mais um ano...

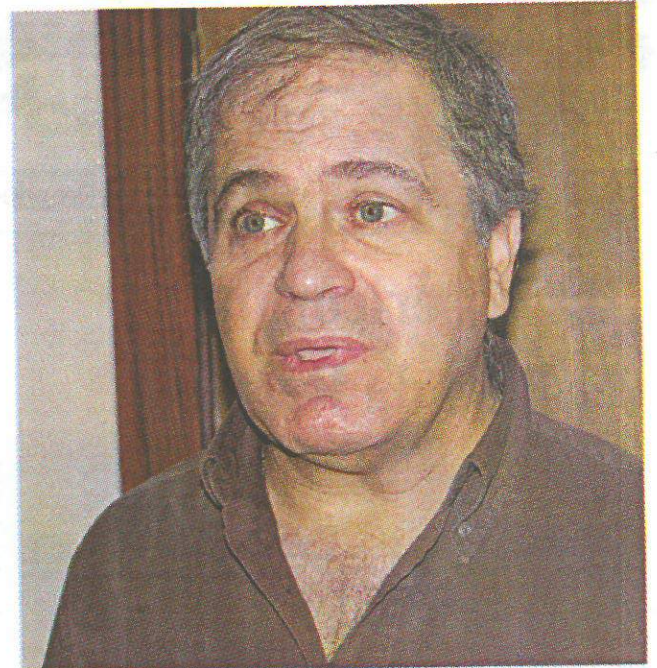
Caso o Estado tivesse entregado o edificio em 2013...

Teria de pagar as rendas por mais um ano. A esse officio, nós respondemos com um outro, que considero bastante duro, no qual nos recusamos a aceitar o hospital de volta naquelas condições. Dizíamos também que iríamos avançar com uma providência cautelar e com o pedido de indemnização, dado que em 1975 a Misericórdia foi indemnizada pelo equipamento e outros materiais, mas não foi pela entrega dos Serviços. A Misericórdia naquela altura entregou o hospital em pleno funcionamento e com perfeitas capacidades de resposta na nossa região, tanto no concelho do Peso da Régua, como noutros em redor, pelo que podíamos ou podemos não aceitar uma entrega com ele completamente esvaziado. Daí a nossa tomada de posição. Aliás, nossa e da autarquia.

A autarquia é pois então um parceiro oficialmente reconhecido na negociação.

Sim, é. Através da autarquia, foi feita como já disse, toda a pressão política, algo que só a ela competia, sobre os responsáveis governamentais, de maneira a que se não desse por encerrado o processo sem mais, avançando-se para as negociações.

O hospital vai fechar, mas perante um acordo. Vai avançar com a execução de obras, pelo que já temos em curso um levantamento e um estudo prévio sobre a forma como ele se irá apresentar. A situação vai resultar em grande parte dos Serviços que vierem a ser protocolados...



Neste momento já têm ideia de como vai ser, ou não?

Há negociações que estão adiantadas, e já agora, deixe que agradeça à União das Misericórdias na pessoa do seu presidente, o Dr. Manuel Lemos, o apoio importante e incedível que vem dando. Temos uma ideia muito concreta do que se pretende, mas ainda é cedo para concretizar.

Existe algo de que nos apercebemos ao longo do processo, que é o facto de ser a questão orçamental o que emperrava, passe o termo, o hospital D. Luiz I. O decreto-lei 138, um dos tais dois, estabelece duas premissas para a entrega. Uma, respeitativa ao Quadro de Pessoal, e a mais o que lhe fazer. Outra, diz que tem de haver uma redução de 25% nos custos de funcionamento, afectos ao Centro Hospitalar a quem compete o suporte orçamental. Vamos supor por exemplo, que o CHTMAD tem um orçamento de 30 milhões de euros, e que o D. Luiz I tem um orçamento de 4 milhões. Então este deve ser entregue à Sta. Casa com uma redução de 25%. Assim o Centro Hospitalar lucraria 1 milhão de euros, mas o orçamento do hospital da Régua seria de 3 milhões. No fundo, trata-se de uma questão de orçamento financeiro, mas seria do “bolo” do Centro Hospitalar que sairia o dinheiro.

Desta forma o CHTMAD ganharia 25% em relação ao sistema actual, e iria ganhar com o Quadro de Pessoal, que passaria na sua totalidade ou quase, para a Misericórdia.

O hospital D. Luiz I o ano passado, teve um orçamento de 400 mil euros. Se lhe retirássemos 25% ficariam 300 mil para ele funcionar. Maior orçamento que esse, posso dizer, tem a nossa Unidade de Cuidados Continuados. Então, como iria o hospital poder funcionar?

É uma questão de números. O CHTMAD não terá grandes verbas disponíveis, mas o hospital D. Luiz I tem de as ter em montante suficiente para poder funcionar.

Nesse contexto, quem definiria os Serviços que a serem prestados?

Seria sempre a Área Regional de Saúde Norte e o Centro Hospitalar, pois não se poderia entrar numa lógica de competição. Teria de existir sempre uma lógica de coordenação e de articulação de maneira a que se optimizassem também os serviços do próprio Centro Hospitalar sem que houvesse por outro lado, qualquer sobreposição, mas também falta de capacidade de resposta.

Nessa lógica, o D. Luiz I seria como que um prestador de serviços do Centro Hospitalar...

A questão no fundo e no essencial, coloca-se noutra ponta. Tanto a Misericórdia, como a autarquia, querem devolver o hospital à população. Caso contrário, por exemplo, montar aqui uma clínica privada, seria uma solução mais fácil. O problema, é que assim, os cidadãos mais não teriam do que o que têm numa outra clínica dessas que existem por aí com exploração particular. Não é de todo isso o que pretendemos.

Ponto nuclear da vossa posição, é fazer com que o hospital tenha uma componente vincadamente social e de serviço público.

Isso é inquestionável. Para se abrir uma clínica privada não faltariam oportunidades e interessados. Mas é isso que mais interessa à população? Claro que não. Oferta nesse contexto já existe para quem pode e quer. O que se impõe aqui é possibilitar cuidados mais imediatos e urgentes de saúde, de maneira a que as pessoas não tenham de se deslocar à Urgência em Vila Real pela mais pequena coisa.

Queremos um serviço de proximidade de modo a que resultem benefícios directos para os nossos concidadãos. Esta é a nossa ambição, tendo-a como absolutamente possível de concretizar.

Essa componente social, pode não ser exclusiva, pois há que garantir a sustentabilidade do hospital...

Sim, mas sem esse cariz, nada feito. Mas como é lógico, temos de procurar garantir a sustentabilidade financeira. Depois de tudo, o que temos, é também de procurar que se consiga disponibilizar ao mesmo tempo, um leque de Serviços que funcionem no hospital e que sejam convencionados e protocolados com o Serviço Nacional de Saúde, mas eventualmente não só.

Neste contexto, podemos dizer que se abre uma janela de esperança para a nossa região no campo da Saúde. Note-se que o hospital D. Luiz I passou de prática e asseguradamente encerrado, para um quadro de negociação efectiva entre nós e os responsáveis da Saúde.

Da outra parte nas negociações, sentem ou não receptividade?

A prova de que ela existe, é que se passou do fecho anunciado e datado, para uma entrega negociada e acordada entre as partes, mas o camin-

ho é longo e existem muitos constrangimentos. Sendo o mais sério a sustentabilidade financeira dos serviços que se irão protocolar. E o cerne da questão é mesmo essa, os serviços que o hospital irá ter deverão ser auto-suficientes em matéria financeira, sob risco se assim não acontecer de colocar em causa a existência da Santa Casa da Misericórdia.

Neste momento pode-se dizer que as negociações estão a correr bem, ou não?

Pode-se dizer que sim. Mas não posso deixar de referir alguns constrangimentos que se foram sentindo. Por exemplo, a dado momento, na ARS falou-se que não valia a pena negociar a entrega do hospital, porque havia um grupo de médicos que queriam tomar conta dele. Claro que coisas desse género, e muito esta, metem ou meteram areia na engrenagem do processo...

No entanto, sendo a Sta. Casa da Misericórdia do Peso da Régua, a proprietária do hospital, teria e terá sempre uma palavra a dizer, a última até....

Sem dúvida, e por isso é que quanto a nós a população pode estar sossegada quanto ao futuro do hospital da Régua. A nossa prioridade enquanto instituição de solidariedade, obriga-nos a procurar colocar antes de tudo o hospitalar na acção social, como de resto é tradição das Misericórdias desde há séculos.

Quanto a nós, será sempre possível conciliar a componente meramente social, com outra de cariz mais privada e mesmo empresarial, através do estabelecimento de acordos. Já visitamos diversos hospitais de Misericórdias para vermos como funcionam, e posso dizer que há exemplos onde se vê ambas as componentes a complementarem-se e funcionarem muito bem.

Vamos por essa lógica, e estamos em acreditar que conseguiremos um hospital que pratique o tipo de serviços muito próximos do Serviço Nacional de Saúde. Outros contextos, para já, não encaixam.

As negociações têm tido um forte apoio da União das Misericórdias.

Muito apoio. Como se sabe, a União das Misericórdias tem muita experiência nestes assuntos e não regateia esforços.

Na fase de negociações e de desenho do que se pretende, também nos socorremos de um conjunto de médicos locais que com a sua experiência social e profissional nos acompanharam e aconselharam desinteressadamente. Sem dúvida que foram preciosos também. Por essa via, chegamos à conclusão acerca daquilo que deve vir a ser o hospital D. Luiz I.

Existe alguma ideia de quando se encerrarão as negociações?

No geral existem casos no país em que as negociações respectivas estão quase no fim, mas todo o processo tem estado parado. Ao que julgo, vão ser retomadas em breve. Sabemos que se começa a impor alguma urgência, mas ainda não é metas em concreto.

Em todo o caso, acho que existe a noção de que falamos de coisas muito sérias, que envolvem acessos e cuidados de saúde a quase duas dezenas de milhar de cidadão, pois o território de abrangência não é só o do nosso concelho.

A Misericórdia da Régua vai receber o edifício, pelo menos ao que se espera, mas irão impor-se obras de remodelação e de requalificação. Serão avultadas?

Pelas nossas contas, iremos precisar de cerca de 2,5 a 3 milhões de euros. Claro que não temos esse dinheiro, mas dentro do novo Quadro Comunitário estão previstos apoios financeiros para a área da Saúde neste contexto, pelo que, esperamos contar daí, com verbas de 75 por cento a fundo perdido.



Actividades no Centro Infantil

No nosso Centro Infantil, procuramos sempre criar actividades que permitam motivar as nossas crianças na procura de uma formação que seja sustentada num quotidiano rico e variado.

Procuramos dentro do possível trazer um pouco do mundo de lá de fora cá para dentro, alargando os horizontes mentais dos nossos meninos e meninas de hoje, adultos de amanhã.

Na semana de 17 a 21 de Março, tivemos a Semana da Leitura nas salas do Pré-escolar, com a leitura de histórias, contos e poemas que nos foram entregues pela organização da Semana da Leitura.

No dia 20 de Março, tivemos a visita das enfermeiras do centro de saúde que nos falaram sobre Higiene Oral. Esta atividade foi no âmbito do Projeto SOBE e Passe, que desenvolvemos em parceria com o Centro de saúde.

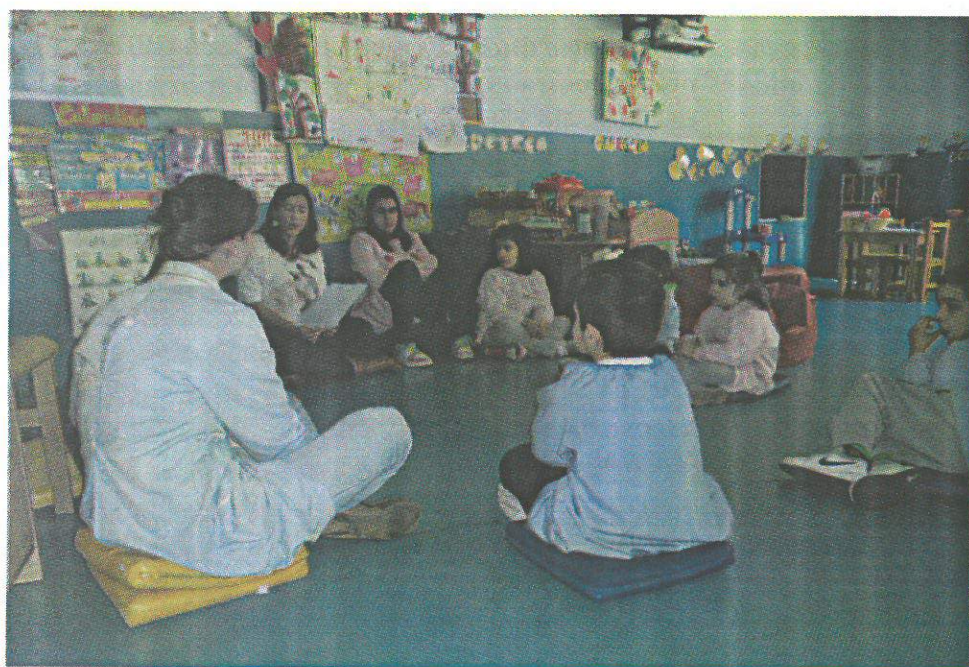
No dia 22 de Março, festejamos o Dia do Pai. Os pais foram convidados para em conjunto com os filhos fazerem uma atividade. No final houve uma troca de lanches.

No dia 1 Abril, participamos na Marcha Solidária organizada pelos Bombeiros, uma iniciativa promovida pela Escola Profissional do Rodo.

No dia 14 Abril tivemos no Centro Infantil a visita da Equipa da Escola Fixa de Transito (Vila Real) e membros da Escola Segura. A atividade prendeu-se com a segurança rodoviária.

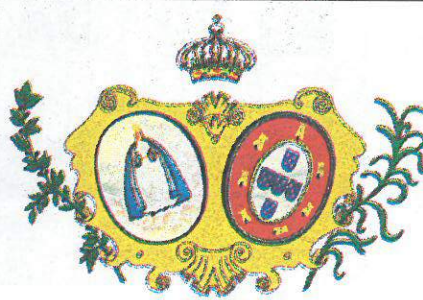
No dia 29 Abril – Dia da Dança. Iremos promover uma tarde de dança no nosso recreio, aberto á comunidade educativa (se o tempo o permitir). Quem vem fazer connosco a atividade é a nossa colaboradora, a Professora de dança Joana Cardoso.

Leitura no Centro Infantil



Centro Infantil Viveu o Carnaval

Apesar de o clima não estar para grande graças com a chuva que teimava em cair, o nosso Jardim Infantil não deixar passar o carnaval “em branco”. Meninas e meninos vestiram-se a rigor para assinalar a época de brincadeira em que ninguém leva a mal.



O conhecimento do passado,
dá-nos
no presente, a garantia do
futuro
utilizando o nosso saber